



GT 028. Conflitos, Práticas Estatais e Mobilização Social no Brasil contemporâneo

Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA) - Coordenador/a, Katiane Silva (Universidade Federal do Pará) - Coordenador/a, Paula Mendes Lacerda (UERJ) - Debatedor/a, Marta de Oliveira Antunes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - Debatedor/a, Rhuan Carlos dos Santos Lopes (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) - Debatedor/a

O GT tem como proposta reunir trabalhos que tematizem processos e dinâmicas em torno de conflitos sociais. Compreendemos o conflito como um momento que pode desencadear mobilizações sociais, caracterizadas pelo estabelecimento e negociação de poder entre coletivos políticos ou entre estes e o Estado. Além dessa dimensão que, por sua vez, se desdobra em categorias que pretendem descrever formas específicas de violência como a “violência estatal”, a “violência contra a mulher”, o “genocídio”, os “massacres” e “conflitos no campo”, buscaremos contemplar também o conflito em sua dimensão processual ou genealógica, atentando para os mecanismos por meio dos quais as diferenças e desigualdades se fundam e perpetuam. Pretendemos também abarcar trabalhos que estejam discutindo ações de coletivos políticos que se constituem ou se reorganizam frente a situações consideradas injustas, desiguais ou violentas, de maneira a perceber como estes vislumbram a possibilidade ou a expectativa de reparação pelas violações sofridas. Trata-se, portanto, de um GT que espera se compor a partir de uma diversidade de situações etnográficas que tenham como proposta discutir mobilizações sociais nas cidades, no campo, em comunidades indígenas.

Campos de disputa em Tucuruí: Regimes de verdade que moldam a constituição de ações coletivas

Autoria: Rodica Weitzman

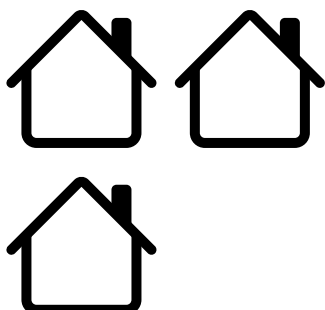
Este work tem o principal objetivo de analisar o processo de organização e luta dos atingidos pela UHE de Tucuruí durante diferentes fases de intervenção da empresa hidrelétrica, anterior e posterior a 1985, tendo como foco a relação dinâmica entre a ação estatal e as reações da população atingida. Conflitos entre diferentes forças sociais (SIGAUD, 1992) eclodiram dentro do espaço social afetado pela construção da barragem, a partir dos deslocamentos compulsórios de moradores; dos problemas socioambientais gerados; e das negociações árduas para a efetivação das indenizações e o processo de reassentamento das comunidades atingidas. Cabe salientar que a geração da hidreletricidade no Brasil, até a proclamação da Constituição de 1988, foi fruto de decisões tomadas conjuntamente pelo Setor Elétrico e o Poder Executivo dentro de um processo de co-gestão, de modo que as fronteiras entre os agenciamentos estatais e empresariais fossem acinzentadas, especialmente durante o período do regime militar. O saber técnico se faz presente no conjunto de ?papéis? (inquéritos, planilhas e questionários) que constituíram o principal veículo da ação intervencionista da Eletronorte, a instituição responsável pela obra, na medida em que comunidades eram enquadradas como alvos de ?mapeamentos? e ?cadastramentos?, sendo sujeitadas à mensurações, cálculos e estimativas. A partir deste enfoque no viés ?instrumental? dos documentos fabricados, é possível vislumbrar de que modo os mesmos se tornam mecanismos disciplinares que auxiliam o aperfeiçoamento de sua expertise e a imposição de uma ?ordem normativa? no conjunto do corpo social. O discurso tecnicista que perpassa os documentos produzidos se dedicou a dissolver as tensões em jogo, dentro de uma estratégia voltada para apaziguar conflitos e promover a suposta ?neutralização? e despolitização dos processos. A luta travada pelas configurações embrionárias dos Atingidos no final dos anos 70 e início dos anos 80 se opõe ao tratamento raso que norteia os documentos, instrumentos e táticas empregados no plano de intervenção do



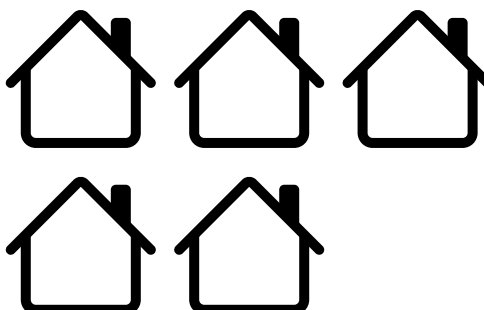
Setor Elétrico ? uma abordagem que desconsiderava as especificidades de cada segmento de acordo com sua condição social, seus meios de sobrevivência e sua localização dentro do território. A partir de atos de contestação, embate, conciliação e costura política, posições e táticas foram continuamente reformuladas no bojo de um processo de negociação incessante com a Eletronorte e suas forças aliadas. Assim, testemunhamos o dinamismo de um movimento heterogêneo forjado a partir da promoção de ?formas de socialização política?, ora ?performances coletivas?, ora ?interações?, que reforçaram ?solidariedades e identidades coletivas.? (MEDEIROS, 2012, p. 24)



Realização:



Apoio:



Organização:

